

# DADOS DO OBSERVATÓRIO EDUCAÇÃO VIGIADA E O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: UM ALERTA PARA A EaD?

Rosana Abutakka Vasconcelos dos Anjos (PPGE/UFMT) – rosanaabutakka@gmail.com Katia Morosov Alonso (PPGE/UFMT) – katia.ufmt@gmail.com

Eixo 2: Qualidade e Inovação na e para a EaD: realidades plausíveis

Resumo: Este texto apresenta o cenário de utilização de serviços das grandes empresas da web, como a Google e Microsoft, por Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil, a partir de dados consolidados da pesquisa realizada pelo Observatório Educação Vigiada. Assim sendo, tem como aporte metodológico a abordagem qualitativa e o estudo exploratório, como forma de examinar e entender essa conjuntura que, porventura, reverbera no fenômeno titulado de capitalismo de vigilância. Como resultado, o mapeamento do Observatório Educação Vigiada demonstra que as instituições brasileiras de ensino público superior, vem adotando os serviços dessas corporações (79,17%), em contraponto a um número diminuto que ainda utilizam opostas soluções tecnológicas (20,83%). Esses percentuais indicam preocupação e cautela no tocante aos cursos a distância do setor público, tendo em vista a propensão de serem subsumidos nessa lógica da cultura e do capitalismo de vigilância.

Palavras-chave: Capitalismo de Vigilância. Educação a Distância. Observatório Educação Vigiada.

#### 1 Introdução

No momento contemporâneo, vivenciamos e praticamos de modo ascendente a cultura digital, que por sua vez propende modificar e interferir nossas relações sociais e os rearranjos da sociedade pela difusão e uso proeminente das diversas tecnologias digitais existentes.

Diante essa condição cultural, é visível a expansão de grandes organismos e corporações que oferecem serviços na internet, comumente designadas de as "Gigantes da Web" ou as "Big Techs". Sendo uma sigla usual para nomeá-las é GAFAM - Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft - e que faz referência a esse conglomerado de empresas que monopolizam o mercado web e abarcam quase a totalidade de seus usuários.

Tais empresas, em especial a multinacional dos Estados Unidos Google LLC, têm como propósito oferecer pacotes de serviços que intencionam facilitar e minimizar as problemáticas cotidianas de seus usuários, praticantes da cultura digital, sendo esses oferecidos "gratuitamente" ou não, como serviços de e-mail, webconferência, ambiente virtual, mídias sociais, e-commerce, serviços de nuvem, entre outros.

No entanto, se faz necessário ter atenção a essa questão, uma vez que a ideia de receber serviços e produtos de modo gratuito, em grande medida, não condiz com a real























situação imposta por essas empresas, que nesse movimento ganham e lucram ao deter informações e monetizar nossos dados.

A situação se agrava, mais ainda, ao perceber essa dinâmica mercadológica se aproximando da educação pública, em especial a de nível superior, com o discurso de ofertar, sem qualquer custo para a instituição, serviços e produtos digitais que viabilizem otimizar o trabalho do professor, qualificar o aprendizado do estudante e dinamizar a administração acadêmica em sua totalidade.

A assimetria existente nessa relação é notória, uma vez que as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) em nosso país, carentes ainda de políticas públicas educacionais que propiciem, de fato, a inclusão digital e promovam o uso de tecnologias por um viés crítico, ético e democrático, são acometidas pelas promessas dessas gigantes empresas da web, e por sua vez aderem a seus serviços na ânsia de resolver suas mazelas e se colocar em compasso com a sociedade atual.

Nesse sentido, é oportuno evidenciar a pesquisa realizada pelo Observatório Educação Vigiada<sup>1</sup>, que tem como objetivo coletar e divulgar informações sobre a plataformização da educação pública no Brasil e na América do Sul e, com isso, incentivar um debate na sociedade em relação aos seus impactos sociais e educacionais. Cabe dizer que, os dados apresentados no teor deste texto, condizem somente com cenário Brasil, objeto da investigação proposta.

#### 2 Capitalismo de Vigilância e a Educação Pública Superior

A ideia, muitas vezes equivocada, da imparcialidade tecnológica leva a crer que as tecnologias às quais temos acesso de maneira "gratuita", faz despertar em nós o sentimento de liberdade e autonomia por intermédio da rede digital. Mas na realidade, a razão do lucro capitalista está implicada nessa relação, pelo dividendo de nossos dados.

Cupani (2016) argumenta que a vida social está organizada sob a égide de uma repressão, uma espécie de condicionamento, que não é percebido como tal e, com isso, seguimos numa ilusão de que as tecnologias representam instrumentos de uma existência livre e mais feliz. O que nos remete a considerar a importância de desnudar a visão ingênua diante as tecnologias, como meros consumidores de objetos e sistemas, para compreendê-las de modo crítico na sociedade.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> https://educacaovigiada.org.br/pt/sobre.html

























De maneira global, Morozov (2018) advoga que não basta exercitar uma crítica limitada ao plano das tecnologias e informações, mas se faz necessário compreender a engrenagem do sistema político e econômico que rege a nossa sociedade a nível mundial, pois as tecnologias são advindas desse sistema.

A isso, nos chama a atenção os modelos algorítmicos adotados pelas grandes empresas digitais, e que nos condicionam a uma linearidade de navegabilidade e consumo na web. Conforme expressa, O'Neil (2020), o algoritmo é crucial para o negócio dessas empresas, e valem centenas de bilhões de dólares, seus modelos são opacos e invisíveis e, comumente, funcionam contra o nosso próprio interesse e a favor dos interesses das gigantes da web.

Assim sendo, por meio da lógica algorítmica associada aos serviços e interfaces oferecidas para os usuários da internet, passamos a conviver em uma arena digital amplamente vigiada, que nos monitora continuamente, coletando nossos dados, observando nossos comportamentos e guiando nossas ações.

Lyon (2018), postula que na atualidade a cultura da vigilância impera nos meios digitais, vigiar torna-se parte de todo um modo de vida, sendo a nossa cultura atual. Para o autor, a cultura da vigilância não é algo externo que se impõe em nossa vida, mas algo que os cidadãos comuns aceitam, se envolvem e até desejam. A vigilância é também uma indústria, "por um lado as empresas de internet se envolvem com a vigilância de seus clientes em larga escala; por outro, elas partilham esses dados com agências governamentais" (LYON, 2018, p. 155).

Ademais, o capitalismo de vigilância, termo cunhado por Zuboff (2015), preconiza que os complexos algoritmos da Google atuam para intermediar as relações entre usuários e conteúdos, sendo uma nova fronteira comercial composta de conhecimento sobre o comportamento em tempo real, e com isso cria-se oportunidades para intervir e modificar o comportamento visando o lucro. Como resultado, as pessoas são reduzidas à mera biomassa humana, propensas a servir as novas regras do capital, impostas a todo comportamento, por intermédio de uma inexorável relação algorítmica que se retroalimenta em tempo real, baseado em fatos e onipresença (ZUBOFF, 2015).

Esse cenário degenerado do capitalismo de vigilância, é constituinte de empresas como a Google que, por sua vez, tem se aproximado de maneira acelerada das instituições educacionais públicas, com a oferta 'generosa' de serviços como Google Workspace, que pode englobar produtos como o Gmail, Google Meet, Google Classroom, Google Drive, Jamboard, entre outros, por meio de termos de serviços intrincados e obscuros.





















Ao aderir aos serviços, as IPES cedem seus dados a essas empresas em troca de desfrutar dos produtos que comumente são de uso habitual por grande parcela da sociedade. Nesse ínterim, as instituições educacionais seguem o compasso de execução de seus processos educativos, com o apoio desses recursos digitais e, as Big Techs, mais uma vez, monetiza com esses dados públicos de caráter científico e epistemológico.

Desse modo, o movimento de uma 'contracultura' acerca do capitalismo de vigilância, precisa exteriorizar-se por meio da consciência reflexiva dessa realidade atual, e que redunde na expansão de uma cultura digital crítica, isto é, sujeitos com condições de compreender as circunstâncias e situações da sociedade e cultura atual, para nela atuar com criticidade, discernimento, ética e preceitos democráticos. Os resultados da pesquisa do Observatório Educação Vigiada, de certa forma, é um dos admissíveis caminhos para alcançarmos essa politização digital.

# 3 Mapeamento do Observatório Educação Vigiada

No decorrer do percurso metodológico da pesquisa exploratória, com base na abordagem qualitativa (SEVERINO, 2007; DENZIN, LINCOLN, 2006), foi possível ter acesso ao site do Observatório Educação Vigiada, em que consta todos os procedimentos realizados para a consolidação do mapeamento GAFAM.

As pesquisas do Observatório Educação Vigiada, sobre a plataformização da educação pública e sua relação com o mercado de dados, tiveram início em 2016, no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/Unicamp) e do Núcleo de Informática Aplicada à Educação (NIED-Unicamp). Entre 2019 a 2021, com auxílio de diversas entidades como a Cátedra da Unesco para a Educação Aberta da Universidade da República do Uruguai e a Iniciativa Educação Aberta e, ainda, em cooperação com pesquisadores nacionais e internacionais, o Observatório coletou dados de 794 domínios institucionais de e-mails de 448 instituições públicas de ensino superior em todos os países da América do Sul.

A preocupação central dos pesquisadores, recai sobre o crescimento na oferta de serviços e softwares informacionais às instituições públicas de ensino de forma "gratuita" pelas maiores empresas de tecnologia de dados do mundo, e que tem como contrapartidas, a coleta, o tratamento, a utilização e a comercialização de dados comportamentais de seus usuários. Para o Observatório, trata-se de uma relação obscura e que leva a um grande





















potencial de violação da privacidade de alunos, professores, gestores e outros atores escolares.

Para evidenciar esse cenário, os pesquisadores desenvolveram um software que objetiva identificar o local de armazenamento dos e-mails oficiais de instituições públicas de ensino e, assim, dimensionar e mapear os acordos realizados entre elas e estas empresas de tecnologia.

Considerando o recorte deste artigo, iremos nos ater aos resultados das IPES brasileiras, com o intuito de visualizar o panorama de adoção, ou não, dos serviços das Big Techs pelo setor educacional público. Assim, ao explorar o conjunto de informações e dados do site, por meio de mecanismos que as depuram, tornou-se viável observar que o Brasil é o país com o maior número de instituições públicas de nível superior da América do Sul, com 144 instituições.<sup>2</sup>

Desse quantitativo, 79,17% utilizam serviços da GAFAM, e apenas 20,83% utilizam serviços livres e soluções de softwares alternativos. Por outro lado, 71,53% das instituições brasileiras pesquisadas utilizam soluções da Google, como o Gmail (a segunda maior porcentagem da América do Sul), 7,64% utilizam soluções da Microsoft, e 20,83% utilizam serviços livres de armazenamento de e-mails. A Figura 1 ilustra esses resultados.

Adocão de GAFAM nas instituições analisadas Serviço de email adotado por instituição 114 (79.17%)<sup>GAFAM</sup> Google Microsoft 120 120 100 80 40 30 (20.83%) 30 (20.83%) 11 (7.64%) 20

Figura 1 - Quantidades e porcentagens de servidores GAFAM e Não-GAFAM/IPES Brasil.

Fonte: Imagem capturada a partir de <a href="https://educacaovigiada.org.br/pt/mapeamento/brasil/">https://educacaovigiada.org.br/pt/mapeamento/brasil/</a> (2022).

Com base nesses quantitativos, fica visível a ampla adoção dos serviços GAFAM pelas IPES, sobretudo serviços da Google, como o Gmail, seguidamente de e-mail da Microsoft. Consideremos, portanto, que o capitalismo de vigilância adentrou aos espaços públicos de ensino superior. O percentual de 79.17% de IPES aderentes às gigantes























Apoio



empresas da web, ratifica esse entendimento. Ainda que 20,83% das instituições resistam, avistamos um horizonte pouco promissor de reversão da plataformização da educação.

É sabido que os gestores educacionais convivem com uma pressão para empregar inovações de tecnologia educacional em suas instituições, com o propósito de aprimorar e qualificar o processo de aprendizagem dos estudantes. No entanto, em uma negociação com os fornecedores de tecnologias educacionais, os gestores precisam balancear essa pressão com sua responsabilidade de proteger a privacidade dos estudantes, professores e demais atores do contexto educativo.

Por isso, é primordial que as IPES sejam transparentes com toda a comunidade acadêmica a respeito de como a instituição, por meio dessas empresas, coletam, compartilham, protegem e usam os dados dos estudantes e demais atores. Conforme orientações do Observatório Educação Vigiada, o registro dos utilizadores dos produtos deve ser consentido e explícito toda política de privacidade para considerar se eles se sentem confortáveis com a proposta de prática de dados do fornecedor.

É conveniente destacar que esses números do mapeamento sofrem atualizações periódicas, mas não em tempo real, isso implica numa possível defasagem de informação. Esse aspecto foi notabilizado ao perceber a situação da Universidade Federal de Mato Grosso, que consta no mapeamento do Observatório como Não-GAFAM, mas na atualidade faz coro às demais IPES usuárias dos serviços da Google.

# 4 Plataformização da Educação - Um alerta para a EaD Pública?

A conjunção de uma 'Cultura da Vigilância' (Lyon, 2018) e que se interliga ao 'Capitalismo de Vigilância' (Zuboff, 2015), desenha cenários difusos para a educação pública que, por um lado ocupa seu espaço de relevância na sociedade, mas é acometida pelos efeitos de um sistema pautado no mercado e no capital.

Não obstante, ao longo dos tempos a Educação a Distância (EaD) oferecida nas IPES, utiliza-se de plataformas virtuais que colaboram para os processos de interação, comunicação e mediação entre professores e estudantes, como é o caso do software livre e aberto Moodle. O Brasil é o quinto país na escala mundial de utilização do Moodle.<sup>3</sup>

No entanto, essa prática tem sido revista, mas especificamente, no decurso da pandemia Covid-19, que fez acentuar na EaD o uso de recursos para ministrar aulas síncronas, como as webconferências, devido a impossibilidade dos encontros presenciais

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> https://stats.moodle.org/























Apoio



nos polos de apoio. Nesse sentido, é possível mencionar o exemplo localizado da UFMT, instituição na qual integramos, que incorporou nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem Moodle o serviço de webconferência Big Blue Button (BBB), sendo este um software livre para apoiar as aulas entre professores e estudantes.

Contudo, com a atual adoção dos produtos da Google pela Universidade, não só os cursos presenciais têm usufruído dos pacotes de serviços dessa empresa, como também se percebe esse movimento nos cursos a distância. Tendo em vista que, muitos dos professores que atuam no presencial, ministram aulas na EaD e, porventura, tendem a integrar produtos como o Google Meet às dinâmicas dos cursos a distância.

Em vista disso, vivenciamos uma convergência (ou batalha) de tecnologias livres com tecnologias proprietárias no campo educacional. O dilema entre entregar ou não os nossos dados, e expor ou preservar nossa privacidade é uma dicotomia da modernidade digital.

No entanto, ainda que esse contexto nos pareça distópico, é oportuno relativizar sobre as inúmeras possibilidades de outros serviços e produtos existentes na internet, e que são similares aos desenvolvidos pelas grandes corporações da web, mas com a prerrogativa de uso aberto, livre e gratuito, como é possível observar um catálogo de possibilidades no site Escolha Livre - <a href="https://escolhalivre.org.br/">https://escolhalivre.org.br/</a>.

Fiquemos vigilantes a essa questão, a plataformização da EaD que é recorrente nas instituições privadas, aperta seu passo para adentrar às instituições públicas. Eis um sinal de alerta para que não nos rendemos de modo ingênuo a essa imperiosa lógica do mercado, e que por ventura enfraquece e minora o movimento de institucionalização da EaD nas IPES.

## 5 Considerações finais

Shoshana Zuboff (2015) afirma que o primeiro passo para combater o capitalismo de vigilância é ter consciência dele. E, então, recorrer à democracia para podar os excessos do capitalismo e chegar a um equilíbrio que garanta nosso futuro. Para que tenhamos consciência desse capitalismo perverso, se faz necessário que desenvolvamos a criticidade em face a cultura digital, no sentido amplo da formação de pessoas letradas digitalmente.

Esse movimento de uma postura crítica diante ao digital, não só nos municia para lidar com essas grandes empresas de tecnologia coletora de nossos dados, como nos faz





















compreender a dimensão e conjuntura social, política e econômica em que estamos implicados, mais ainda a educação pública brasileira. Os resultados da pesquisa do Observatório Educação Vigiada, nos auxiliam nesse sentido.

Então, mais que denunciar, é preciso anunciar meios que reverbere em práticas tangíveis de mudanças, como é o caso da adoção de uma educação com preceitos na abertura, pautada no uso intenso de softwares livres e gratuitos, para fazer valer uma educação realmente pública, inclusiva e democrática.

Que a EaD pública tenha uma sobrevida diante dessa paisagem digital, que políticas públicas educacionais possam considerar essas problemáticas aqui avistada, e que a resistência seja uma marca frente ao capitalismo de vigilância, que insiste em vigorar no campo educacional.

Por fim, é oportuno expressar que este pequeno texto, se institui como um ensaio para evidenciar alguns aspectos do capitalismo de vigilância, que vem assolando a nossa educação pública vertiginosamente e se aproxima da EaD. O intuito, então, é abrir um campo de discussão que possa ser qualificado com demais pesquisas nesta área do conhecimento.

#### Referências

CUPANI, Alberto. **Filosofia da tecnologia**: um convite. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LYON, David. Cultura da Vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. *In:* BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHON, Luciana; MELGAÇO, Lucas (Orgs.). **Tecnopolíticas da Vigilância:** perspectivas da margem. Tradução Heloísa Cardoso Mourão. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOROZOV, Evegeny. **Big Tech** – a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**: como a big data aumenta a desigualdade e ameaça à democracia. Santo André, SP: Editora Rua do Sabão, 2020.

SEVERINO, Antônio. José. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. Journal of Information Technology (2015) 30, 75–89. Disponível em: https://cryptome.org/2015/07/big-other.pdf Acesso em: 28 mar. 2022.























